

Oposição revela cisões internas

Oposição revela cisões internas

por José Casado
de Brasília

O Congresso Nacional começa a examinar hoje, às 18h30, o mais recente "pacote" econômico do governo Fernando Collor de Mello.

Os 584 congressistas realizam a primeira sessão (extraordinária) dessa nova legislação sob a pressão de uma circunstância política nova.

É que os partidos de oposição estão divididos em relação ao conjunto de medidas governamentais — ao contrário do que ocorreu nos cinco planos de estabilização da inflação, editados a partir de 1986.

Os quatro maiores partidos oposicionistas (PMDB, PDT, PSDB e PT), que somam 268 votos no plenário, não apenas estão discutindo o "pacote" sob perspectivas diferentes e contraditórias como também estão convivendo com cisões internas, produto de debate sobre a postura política a ser adotada.

O PMDB, por exemplo, considera que a essência dessas novas medidas é a mesma do Plano Cruzado, feito pelo falecido ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no governo José Sarney. E está inclinando-se ao apoio.

"Não sei se existe intenção política (do governo) de atrair a oposição", argumentou o deputado Genebaldo Correea, líder do partido na Câmara, em conversa com o editor Marcos Magalhães, acrescentando: "Mas o PMDB não deixara de aprovar medidas que são reclamadas pelo partido só porque foram editadas pelo governo".

Até agora, é a facção política que melhor estruturou o debate interno sobre a nova política econômica (veja matéria na página 14), programando para esta semana uma sucessão de reuniões com representantes do governo, sindicalistas, empresários e economistas.

O curioso é que em 1986, na época do cruzado, o PMDB agiu de maneira diferente: não deu apoio ostensivo ao plano, mantendo-se em cautelosa

por José Casado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
equidistância, pela escassez de respaldo político, o ministro Funaro e sua equipe foram removidos do poder.

Já os dois partidos que aglutinam as correntes majoritárias da esquerda — o PDT e o PT — estão trilhando um caminho diferente, mais tortuoso.

O PDT, liderado pelo governador eleito do Rio, Leonel Brizola (detém 52 cadeiras no plenário do Congresso) iniciou uma discussão interna sobre o conteúdo das novas medidas, a partir da postura adotada por um de seus deputados, César Maia — o mesmo que em 1986 deu a Brizola argumentos técnicos para questionar o Plano Cruzado.

Maia, agora, está convicto da validade e do potencial de eficiência do "pacote" e, sobretudo, de seus objetivos político-econômicos. Decidiu defendê-lo abertamente. Foi o primeiro e um dos raros oposicionistas, até o momento, a assumir essa condição, em público.

Corre um risco pessoal: hoje, no Rio, o diretório nacional do PDT reúne-se para "analisar" sua posição (veja matéria na página 14) e a tendência é de que deve produzir uma dura advertência ao deputado. Na prática, Maia apenas defende a tese de que o conjunto de medidas, tem, na essência, algo de coerência com o programa de seu partido.

A disposição do PDT no Congresso é de "emendar o

pacote", segundo o deputado Vivaldo Barbosa, líder na Câmara. Ou seja, ele opera com a premissa de que haverá aprovação de pelo menos uma parte das medidas.

O partido de Brizola pretende centralizar seu poder de fogo sobre o controle dos salários. "O aprofundamento do arrocho salarial é marca principal das medidas", justifica a bancada federal do PDT em uma nota oficial recheada de adjetivos sobre o governo Collor ("autoritário", "arrogante", etc.).

Mas este não será o único alvo: a bancada federal do PDT pretende, também, apresentar emendas com o objetivo de "fortalecer o mercado", conforme a nota do partido. A premissa é de que o congelamento de preços não seria viável.

Significa, no mínimo, uma importante mudança de postura política de uma das mais expressivas facções da esquerda brasileira, pois até agora o PDT de Leonel Brizola era identificado — pelos adversários e aliados — por suas rígidas posições de defesa da intervenção do Estado na economia, na direção oposta à do "fortalecimento do mercado".

Também complexa foi a trilha escolhida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para definir sua posição sobre a nova política econômica.

Há cisões internas: o deputado Paulo Delgado, por exemplo, um dos 36 congressistas do partido, considerou precipitada a decisão da direção em impedir, ontem, uma ação no



Paulo Delgado

Supremo Tribunal Federal (STF) arguindo a constitucionalidade de um artigo da Medida Provisória que estabelece o controle dos salários.

Esse artigo, no seu parágrafo único, diz: "Respeitada a livre negociação, poderá haver, no mês de janeiro de cada ano, um processo de negociação para determinar índices de antecipação salarial para cada uma das categorias profissionais".

Sob inspiração do deputado Aloysio Mercadante, o PT foi ao STF argumentando que esse artigo fere o princípio da livre negociação de salários, assegurado na Constituição, ao restringi-lo — na interpretação do partido — ao mês de janeiro.

Ou seja, o PT optou por defender a livre negociação salarial, como resultado da primeira abordagem crítica do "pacote" do governo Collor.

É uma posição diferente da assumida há poucos meses, quando o governo pro-

pôs o regime de livre negociação salarial. O PT, então, postou-se contra, sob o argumento de que numa conjuntura de inflação ascendente os mais prejudicados seriam os trabalhadores com menores níveis de remuneração e de organização sindical.

"Livre negociação é o melhor caminho para a estabilidade de preços", dizia ontem o deputado Aloysio Mercadante ao repórter Carlos Raices, ao justificar a ação no STF, combinada com pedido de liminar.

Já o deputado Paulo Delgado ponderava, com ironia: "Não podemos fazer uma análise e tomar decisões precipitadas. Há coisas muito boas no 'pacote' e vou batalhar internamente pela aprovação. É até uma questão de lógica: se o Roberto Campos e o Delfim Netto estão contra tudo, é porque ali tem algo de muito bom, certamente".

No PSDB, com 40 cadeiras no plenário do Congresso, o quadro é bastante distinto. Há uma nítida tendência à aprovação das medidas, no conjunto, mas seus líderes, o deputado José Serra e o senador Fernando Henrique Cardoso, mostram-se comedidos nas manifestações, assim como o senador Mário Covas.

Dois dos integrantes do partido, com razoável nível de influência nas bancadas de seus estados — o governador eleito do Ceará, Ciro Gomes, e o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio —, decidiram, porém, sair na frente dos parlamentares: produziram extensas notas de elogios ao "pacote" no último final de semana.